

MESA-REDONDA

O PORTO DE ONTEM E O PORTO DE AMANHÃ

1870-1871

THE NEW YORK PUBLIC LIBRARY

Com a devida vénia, queremos chamar aqui, e uma vez mais, ao primeiro plano das observações bem ajustadas às origens e ao desenvolvimento do burgo portugalense, aquela que aparece inserida no contexto dos *agravamentos especiais* que os procuradores do concelho do Porto apresentaram nas Cortes de Évora de 1436. Observação que, no juízo dos homens da governança da cidade, vinha a impor-se como fundamento bastante para as reclamações por eles formuladas: e, assim, não devia ser esquecida ou menosprezada a circunstância de ao concelho, e particularmente à sua *cabeça*, aplicar-se com justeza o princípio de que «o género de terra pode ser tal, que aí se viva de lavrar e criar ou de ajuntar e carregar haveres e mercadorias, quando não da pescaria».

A evolução da cidade do Porto, com efeito, mal se compreenderá, a um primeiro exame, sem se curar de saber o que conhecemos das suas origens. Remontando-as, porém, e se possível, aos tempos pré-históricos, para assim não deixar esquecido o fundamento das deduções consentidas pelos testemunhos do domínio da Arqueologia.

Importa, por isso, enfrentar um contencioso que continua em aberto e sempre ao dispor de quem queira oferecer-lhe o contributo de uma dedução ou de uma possível conclusão. Trata-se como é bem sabido, do contencioso ligado ao problema da localização de Cale e do verdadeiro significado do topónimo.

Em qual das margens do rio Douro e já próximo da sua foz ficava situada a povoação de Cale?

Logo a este respeito é de ver como se reacende a chama da discussão ao favor de toda a interpretação de um texto que pode ser ignorado ou de nova leitura de outro conhecido há muito. É de reconhecer, por outro lado, que o avisado e esclarecido testemunho oferecido, nos últimos anos, por investigadores desapaixonados, leve a admitir que a localização de Cale na margem direita será mais aceitável, ao menos quando temos de inserir a povoação, e por muitas e variadas razões, no processo relacionado com as sucessivas invasões e domínios de povos estranhos.

Também deparámos com o problema da origem e do verdadeiro significado do topónimo. A sua implantação naquele lugar, independentemente da localização na margem direita ou na margem esquerda, sabemos bem que não é caso único. Há, por esse Norte, várias *cales*, umas no interior, as mais raras, outras chegadas à costa, essas abundantes. Que o digam os moradores das proximidades dos lugares de ancoradouro e abrigo dos barcos bacalhoeiros de Aveiro, por exemplo, enquanto a toponímia não emite um juízo aceitável.

Povoado modesto na margem direita do rio Douro, situado no lugar onde desembocava o riacho que viria a ser designado como *rio da vila* na documentação medieval, foi aquele que ficou a perpetuar, efectivamente, o nome de *Cale*, convivente ou não com igual topónimo localizado na outra margem. A cavaleiro do povoado ribeirinho, nos morros depois chamados da Penaventosa e da Sé, mas sobretudo e seguramente no primeiro, foram implantadas construções castrejas e a designação de *Cividade* permaneceu ligada ao lugar durante séculos, como bem o comprovam certos passos de documentos por demais citados e ainda toda uma série de aforamentos que foram lavrados na segunda metade do século dezasseis, aos quais nos referimos em outra oportunidade e pela primeira vez.

O povoado da Ribeira, pela sua localização, havia de ser a origem de uma povoação alcandorada no primeiro dos morros há pouco referidos e que já veio aí a desenvolver-se dentro de um perímetro definido pelas facilidades que as escarpas ofereciam e que bem depressa ficou demarcado por uma cerca de muralhas, para assegurar a defesa da vida e da fazenda dos seus moradores. Sob o domínio romano, chamou-se *Portucale*. Quando ocuparam e dominaram a povoação, os germanos, movidos pelas lutas que vieram a gerar-se entre os vários grupos de povos que os integravam, foram os construtores da fortaleza primitiva que já referimos.

O burgo primitivo mergulhava raízes na pequena póvoa ribeirinha e também na cidade castreja que ficava mais para o interior. O seu conjunto era e havia de permanecer, tempos em fora, como um típico e bem definido *Strassendorf* — um povoado de circulação, de casario implantado à borda de uma via principal e de outras secundárias. Coincidia a primeira, na maior parte do seu percurso e ainda durante a Idade Média, com a via romana do Itinerário de Antonino ou com aquela que, sendo-lhe anterior, veio a definir a esta a orientação seguida, quando a ligar Cale a Bracara Augusta. E dela irradiavam velhos caminhos que permitiam o acesso a povoados diminutos e dispersos, assegurando a convivência e garantindo a sobrevivência dos seus moradores.

Com o volver dos tempos, contados por centúrias ou por mais de um milénio, compreende-se bem que se tenha processado

toda uma evolução mais retardada ou acelerada consoante as variações epocais, porém sempre a radicar-se na mesma origem e de toda a vez a demonstrar ou a confirmar que a própria localização de um povoado havia de lhe definir linha de rumo e, com ela, a sobrevivência. Quanto ao seu desenvolvimento e aferindo-o pela área onde foram implantadas novas edificações ou rasgadas outras artérias cumpre referir que depois de ultrapassados os tempos das invasões ou *razias* que preencheram séculos, e quando uma vez mais se impôs acautelar a defesa do povoado medievo acastelado no morro da Sé, logo se cuidou de erguer outra cintura de muralhas, em circuito mais amplo que o das primitivas, e que veio a ficar conhecido como Cerca Fernandina e assim a perpetuar, tão-só, o nome do monarca reinante quando da conclusão da obra.

O povoado humílico da Ribeira, contemporâneo ou não, pelo que toca à sua origem, do crasto que veio a volver-se em cidade, com este se agermanou na contribuição dada aos fundamentos daquela *vila* que os dominava e que veio a ser, em tempos bem recuados do domínio germano, sede episcopal para depois, sob o governo dos condes portucalenses, merecer e bem expressivamente a designação de burgo.

Em termos singelos e de maneira abreviada, procuramos com esta primeira anotação não mais do que relembrar um pouco de tudo quanto, aliás, é geralmente bem sabido. A verdade, porém, é que importa fazê-lo.

Sem chamar a primeiro plano as origens do povoado ribeirinho da margem direita do rio Douro, da *cividade*, do burgo, de tudo quanto caracterizava esse *Strassendorf* — como é possível virmos a compreender, perguntamos, a sua evolução, as lutas travadas entre senhores e vassallos, de toda a vez que estava em causa a cobrança de alegados direitos em benefício dos primeiros e como encargo dos outros, fossem eles burgueses ou mesterais?

Foram lutas que apartaram ou uniram o monarca, o prelado e os moradores do concelho, ao favor das conveniências do momento em que elas se desencadeavam. A curtos espaços de trégua, decorrentes de acordos ou transigências, vinham a seguir-se novas contendas, opondo o bispo aos moradores do burgo, que logo ensaiavam apelos dirigidos ao monarca, e até, de uma ou outra vez, concorriam para colocar frente a frente a Coroa e a Mitra. Porém o certo é que as mesmas contendas contribuíram em muito e a distância para que fossem atendidas reclamações e salvaguardados direitos fundamentais — vindo a constituir-se em alicerces daquela organização administrativa do concelho que se desenvolve e consolida no século quinze e que levou já a classificá-lo como uma «República urbana», atendendo ao valor e eficácia da intervenção dos mesterais no seu governo.

Este breve apontamento não é mais, repetimos, do que a indicação de algumas linhas mestras de tudo aquilo que deve

ser chamado a um primeiro plano, de toda a vez que se pretende esboçar uma introdução ao estudo da evolução da cidade e concelho do Porto, quer nos tempos de Quatrocentos, quer nos séculos que lhe são anteriores. Porém, embora desambiciosa, nem por isso esta nota dispensa uma outra que pode servir-lhe de complemento, posto que apenas relacionada com a área urbana e a expansão da cidade.

A primitiva cerca de muralhas, construída quando da invasão dos germanos, como dissemos, e que depois defendeu o conjunto de moradias erguidas em derredor do paço episcopal, tudo a formar o que era designado como fortaleza e que tinha, segundo documentos da época, o seu alcaide, obrigado a *fazer menagem* dela ao prelado, essa primitiva cerca, decorridos séculos, era uma cintura que já não assegurava a defesa do paço, das torres que lhe ficavam próximas e da própria Sé. Todavia, não tinham impedido a lenta expansão do burgo, esta a manifestar-se na ocupação do próximo arrabalde e a integrar moradias dispersas. Ainda em obediência, sobretudo, ao princípio de que a defesa da cidade só podia ser assegurada por meio de muralhas, veio a ser construída uma nova cerca, por determinação de D. Afonso IV, que ficou concluída em 1374. Designada, já o dissemos, como fernandina, essa nova muralha, no seu circuito de três mil metros, demarca, em certa medida, a área da expansão urbana pelos meados do século catorze, embora também se contassem, no interior da cerca, espaços abundantes ainda não ocupados por edificações. Quer no mesmo interior, quer bem próximo do sítio da *cividade* castreja, foram edificadas, nos princípios e no fim de quatrocentos, dois novos conventos: o de Santa Clara e o dos Padres Lóios, respectivamente.

Volvido um quarto de século, os homens do governo do concelho denotam preocupações e certo interesse que talvez surpreenda o menos avisado, quando estava em causa a evolução progressiva da cidade. Com efeito, segundo um acordão lavrado a 10 de Dezembro de 1401 e aprovado pelo juiz, vereadores, procurador e homens bons, foi estabelecido que se procedesse ao escambo de propriedades do concelho por outras pertencentes ao contador João Giraldes, todas elas situadas no Olival ou seja para além da muralha. É este o testemunho eloquente de que estava iniciada a urbanização da área extra-muros e o documento citado refere-se expressamente ao rossio, a ruas e a uma estrada, fixando para uma rua nova a largura de duas braças. O campo do contador, recebido em escambo, logo o reservou a Câmara para rossio, surgindo assim ou vindo então a ser ampliado o velho logradouro público, arborizado desde a primitiva, que ficou para sempre conhecido como Campo do Olival.

O aspecto oferecido pela centúria anterior, no particular das conquistas obtidas em favor da ocupação efectiva da zona delimitada pela muralha fernandina, é quase o mesmo com que

deparámos ao apreciar a evolução operada em quatrocentos. Assomavam ainda, nas encostas da Cividade castreja e de Belmonte e no vale do rio da vila, por entre o casario disperso, minguados retalhos de verde ou afloramentos graníticos. Campos e outras áreas arborizadas ficavam para além dos muros, repartidos pelos povoados do arrabalde: de Miragaia e Massarelos, terras ribeirinhas de pescadores e marinheiros, e do Carvalho do Monte a Santo Ildefonso extra-muros, passando pelas Fontainhas.

No dizer dos procuradores do concelho do Porto às Cortes de 1460, num dos capítulos especiais que nelas apresentaram, a cidade «fora edificada em tal lugar estéril e maninho, que de seu género não pode furtificar azeites, nem pão, nem vinho, nem coisa por que se sustenha e os moradores possam reparar suas vidas». Pela informação contida numa carta régia de 23 de Abril de 1482, sabemos também que os procuradores do concelho, lembrados apenas da urbe primitiva e sem volverem os olhos para a realidade que era já a expansão da cidade através do próximo arrabalde, queixavam-se de que ela estava «situada sobre pedra, em lugar áspero, sem abastança de mantimentos necessários para suportar cavalos».

As queixas levadas ao conhecimento do monarca, na segunda metade de quatrocentos, podiam radicar-se numa realidade que também seria detectável nos séculos futuros—embora não comum a toda a área urbanística da cidade, dada a sua progressiva expansão. Mas a ser assim, a ser tão carecida a cidade de meios de sustentação, mal se compreenderia que ela não viesse, com os tempos, a volver-se em povoado derruído, em *terra morta*, como tantas outras localidades, quando é certo que venceu dificuldades das maiores para nelas radicar a posição destacada que veio a assumir e não mais perdeu.

Mais apegados às realidades e a denotarem conhecimento dos verdadeiros fundamentos da progressão e evolução da terra natal a partir das suas origens, os procuradores da cidade, nas Cartas de Évora de 1436, lembravam—e aqui recordamos de novo as suas palavras—que os «antigos edificaram aí sua povoação somente por viverem pelo tráfego das mercadorias e as ajuntarem em ela, porquanto de Lisboa até Galiza não acharam outro porto de mar mais seguro que esse». E logo acrescentavam, em outro passo dos seus agravamentos especiais, que o género da terra pode ser tal que aí se vivesse de lavrar e criar ou de ajuntar e carregar haveres e mercadorias, quando não da pescaria.

A terra não era fértil nem tão dilatada nos seus limites, adiantavam ainda os procuradores do concelho, que viesse a permitir o sustento dos seus naturais com o fruto das colheitas e muito menos a atrair para dentro das suas muralhas novos moradores. E se a terra crescera e dera muito e bom fruto, pelo

que devia ser chamada a madre e metrópole da região, depois de consideradas a sua nobreza e antiguidade, tanto resultara das navegações dos portugalenses, que haviam sido factor decisivo para o desenvolvimento das relações comerciais.

Também não foram outras, podemos admitir, as razões que moveram, no reinado de D. Fernando, os homens bons da cidade do Porto, ao rogarem que à mesma ficasse adstrito um amplo termo ou alfoz. Segundo as suas alegações, a cidade não era tão povoada como cumpria, carecendo, portanto, de território mais extenso e no qual estivesse fixada numerosa população para se tornar possível a cobrança de maiores receitas e, com elas, a liquidação de despesas normais ou extraordinárias.

NOTA FINAL: o tema deste apontamento foi retomado e desenvolvido numa comunicação apresentada à Academia Portuguesa da História.